

MERCADO FINANCEIRO

BRB busca esclarecimento

Banco do DF aguarda o detalhamento das razões que levaram o BC a cancelar compra do Master

» ROSANA HESSEL
» RAPHAEL PATI

Depois do balde de água fria do Banco Central na intenção do Banco de Brasília (BRB) de comprar o Banco Master, o cenário é incerto e pode comprometer o socorro que vinha sendo costurado para os grandes investidores do banco endividado. Procurados, BRB e Master, com sede em São Paulo, informaram que seguem aguardando o envio da íntegra da decisão do BC para avaliarem os fundamentos e examinar as alternativas cabíveis.

Os bancos envolvidos podem pedir ao BC a reconsideração da decisão em até 10 dias após o recebimento da íntegra da sentença. A decisão, segundo fontes próximas à autoridade monetária, foi da diretoria colegiada e analistas avaliam que é muito difícil que o veredicto seja modificado.

Ontem, um dia após o anúncio da decisão do BC, as ações do BRB fecharam no vermelho, com queda de 5,5%.

As ações ordinárias e as preferenciais (sem direito a voto, mas com preferência no recebimento de dividendos) do BRB encerraram o dia na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) cotadas a R\$ 10,20 e a R\$ 10,84, respectivamente, com quedas de 5,47% e 7,74%. Enquanto isso, o Índice Bovespa (IBOVespa), principal indicador da B3, voltou a subir após três quedas seguidas na semana e fechou com alta de 0,81% a 140.993 pontos.

Ao avaliarem a decisão do BC, analistas consideram que a instituição reforçou a sua autonomia, porque vinha sofrendo pressões para aprovar a operação que, mesmo não consolidada, rendeu bons frutos aos acionistas do BRB.

Apesar da queda de ontem, os papéis do BRB ainda acumulam altas consideráveis desde o anúncio da compra do Master, feita em 28 de março, por meio de fato relevante ao mercado. Desde então, os papéis do BRB têm uma valorização considerável, de 37,92%, nas ordinárias, e de 60,71%, nas preferenciais, conforme levantamento feito pela Elos Ayta a pedido do **Correio**.

Segundo os analistas, o Master vinha adotando uma política agressiva no mercado, pagando rendimentos de até 140% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que acompanha a taxa básica da

Reprodução/Leonardo Sá/Agência Senado/Flicker



Segundo fontes do BC, a decisão de embargar a compra do Master pelo BRB foi tomada por todo o colegiado e não apenas por um diretor

economia (Selic), de 15% ao ano. Essa atuação é considerada arriscada, devido ao endividamento do Master que, em 2024, tinha um passivo total de R\$ 63 bilhões, dos quais R\$ 49,8 bilhões em depósitos bancários.

O economista e consultor Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), considerou a decisão do BC acertada, porque ela vai evitar um socorro futuro para cobrir um buraco que ainda não se sabe ao certo o tamanho. “Essa fusão não faz muito sentido, porque não há sinergia alguma entre um banco público e um privado”, afirmou.

Pelas estimativas de Vladimir Timerman, CEO e fundador da gestora Esh Capital, o passivo do Master pode ser de R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões maior do que o estimado atualmente. O gestor fez várias denúncias contra o Master em instâncias, como o Ministério Público Federal e o Banco Central e não

poupa críticas à operação. “O BC fez muito bem em barrar a compra do Master pelo BRB e admira que não tenha feito logo uma intervenção. Se as pessoas fizerem as contas, vão fazer questionamentos”, afirmou.

Pressões

A operação entre BRB e Master tinha apoio de políticos do Centrao e, principalmente, do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), pois buscava o fortalecimento do BRB no mercado financeiro nacional, ampliando a atuação do banco no país. Procurado pelo **Correio**, o governador não respondeu até o fechamento desta edição. à Rede Globo, Ibaneis disse que aguarda para conhecer os detalhes da decisão do BC. “Não conhecemos ainda os fundamentos. É uma operação complexa que envolve muitos interesses e pressões de toda natureza. Precisamos ver os fundamentos que podem até

trazer alguma análise do master que não tivemos acesso”, disse o governador.

No mês passado, a Câmara Legislativa do DF deu o aval para a operação e, nos últimos dias, parlamentares do Centrao pressionaram os diretores do BC a fazerem o mesmo, principalmente o que responde pela diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do BC, Renato Dias de Brito Gomes, cujo mandato vence em dezembro deste ano. Mas o ápice da pressão foi a assinatura de líderes de sete partidos de um pedido de urgência ao projeto de lei que permite ao Congresso Nacional destituir os presidentes e diretores do BC do cargo quando “for incompatível com os interesses nacionais”, o Projeto de Lei Complementar 39/2021.

A proposta, de autoria do deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP), foi ressuscitada por parlamentares, após a deflagração de operações — conduzidas Pela

Polícia Federal, Receita Federal, Ministério Público Federal e Ministério Público de São Paulo —, que investiga esquemas que envolviam a lavagem de dinheiro, com suspeitas de participação de instituições financeiras e fintechs.

De acordo com o professor de Finanças na Fundação Vanzolini Marcos Crivelaro, a decisão do BC foi um recado claro sobre a prevalência do critério técnico na supervisão do sistema financeiro. “Em um ambiente de crescente complexidade institucional, preservar a atuação independente do BC é fundamental para garantir previsibilidade, segurança jurídica e confiança no mercado — elementos essenciais para a estabilidade econômica de longo prazo”, afirmou.

Já o professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo avaliou que o PLC 39 como um retrocesso na autonomia do BC. Ele lembrou que o Legislativo discute sobre a autonomia financeira do BC.

CADE

Gol e Azul precisam detalhar cooperação

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou que as companhias aéreas Gol e Azul apresentem, em até 30 dias após serem notificadas, cópia e detalhes do acordo de cooperação comercial (codeshare) que as duas empresas anunciaram em maio de 2024, com o propósito de “conectar suas malhas aéreas”.

Com a decisão, Gol e Azul ficam proibidas de expandir as rotas conjuntas até que o Cade dê a palavra final sobre o mérito e as eventuais consequências do acordo. Se as empresas não submeterem os detalhes da parceria ao conselho dentro do prazo estabelecido, deverão suspender o acordo, respeitando os direitos dos clientes que tenham adquirido passagens aéreas vendidas conjuntamente.

A decisão é fruto de um Procedimento de Apuração de Ato de Concentração que o Cade instaurou para avaliar se os termos da parceria teriam que ser analisados e aprovados pelos conselheiros que integram a autarquia responsável por instruir os processos administrativos de apuração de infrações à ordem econômica e atos de concentração.

O procedimento apuratório inicial não diz respeito ao mérito da cooperação comercial e seus efeitos, mas apenas à necessidade das empresas informarem o Cade sobre a estratégia e cláusulas contratuais. Para o relator do caso, o conselheiro Carlos Jacques, os contratos de codeshare não contam com isenção automática da análise concorrencial, devendo ser avaliados individualmente.

Em seu voto, o conselheiro recuperou o histórico de avaliação, pelo Cade, de semelhantes acordos de cooperação comercial. Jacques também propôs alguns critérios para delimitar os casos em que o conselho deve atuar, tais como os que envolvam a participação de empresas aéreas nacionais; sobreposição de malhas; bilateralidade do acordo e efeitos equivalentes a operações de fusão, sobretudo no que se refere a riscos de coordenação entre concorrentes.

Para o relator, contratos envolvendo companhias nacionais em voos domésticos suscitam maiores preocupações concorrenciais do que aqueles firmados entre empresas internacionais. Por isso, decisões anteriores, tal como a firmada no caso TAM/Qatar, não se aplicam ao caso Gol/Azul. O voto do relator foi aprovado por unanimidade.

Segundo a Gol, a parceria entre as duas companhias inclui, inicialmente, as rotas domésticas exclusivas, ou seja, aquelas operadas por apenas um das duas, e também os programas de fidelidade, de forma a permitir que, ao adquirirem bilhetes para trechos incluídos no codeshare, os clientes acumulem pontos ou milhas no programa de sua escolha.

Monitoramento

Na ocasião do anúncio, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que esse tipo de parceria é comum no setor aéreo em diversos países. Destacou que o ministério e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) buscarão preservar as melhores condições para o consumidor brasileiro.

“Esse tipo de acordo comercial já ocorre entre outras companhias aéreas nacionais e internacionais ao redor do mundo. Nós esperamos que possa ampliar a conectividade entre os diversos destinos brasileiros, gerando maior complementaridade na malha nacional, oferecendo mais opções de voos para os brasileiros”, destacou Costa Filho, em redes sociais, em maio.

Agência Brasil

POLÍTICA PÚBLICA

Gás para o povo e para 2026

» FERNANDA STRICKLAND
» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem o programa Gás do Povo, uma das principais apostas para aumentar sua popularidade até outubro do ano que vem. A iniciativa vai entregar até seis botijões de 13 kg para famílias de baixa renda, substituindo o atual Auxílio Gás, pago em dinheiro. Da forma como está desenhado o auxílio, não há garantia que o beneficiado use o recurso para comprar o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), já que alternativas como querosene, álcool e lenha são mais baratas — mas mais perigosas. A previsão é de que os primeiros bujões sejam entregues a partir de novembro, atingindo até 50 milhões de pessoas até março. Em 2026, ano eleitoral, o programa custará cerca de R\$ 5,1 bilhões. A Medida Provisória (MP) foi publicada ainda ontem em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

“Um botijão desses sai da Petrobras com 13 kg de gás a R\$ 37. Ele chega em muitos lugares a R\$ 150, R\$ 140, R\$ 130. É um absurdo a diferença”, discursou o presidente durante o lançamento, realizado no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. O novo programa substitui o Auxílio gás, que paga um valor a cada dois meses para os beneficiários correspondente ao preço

médio do botijão. “Nós resolvemos aumentar o programa. Em vez de atender cinco milhões de pessoas, vamos atender 17 milhões de famílias, o que chega a quase 50 milhões de pessoas. E as pessoas vão receber, durante o ano, o gás necessário para cozinhar”, acrescentou Lula.

A nova versão do benefício substitui o pagamento em dinheiro pela retirada do botijão em vendedores credenciados. Famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) poderão, com um aplicativo do governo ou vale impresso retirado em lotéricas, pegar até seis bujões por ano. Segundo o presidente, o programa também visa diminuir os riscos à saúde causados por combustíveis alternativos, como queimaduras e inalação de fumaça. “Eu tinha um fogão a querosene na minha casa. Toda semana pegava fogo. Esse gás é uma segurança, decência e respeito para as pessoas mais humildes deste país”, frisou.

Lula adotou uma postura mais eleitoral em seu governo desde a última reunião ministerial, na semana passada. O lançamento do Gás do Povo foi amplamente divulgado nas redes sociais, e discutido pelo presidente em discursos. A expectativa é que o programa melhore a aprovação entre os eleitores de menor renda e mulheres. Outras iniciativas incluem a isenção do Imposto de

Entenda o programa Gás do Povo



Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, em tramitação no Congresso, melhores condições de crédito imobiliário para a classe média, e a gratuidade na

conta de luz para consumidores de baixa renda, já em vigor.

“O governo tem que ajudar aqueles que não tiveram chance de estudar. Que não tiveram oportunidade. É para esses que nós temos

que governar, não é para o rico, é para os pobres”, frisou o presidente. O Aglomerado da Serra, local escolhido para o anúncio, é a maior favela da capital mineira.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, serão 58 mil postos de distribuição credenciados em todo o país. A pasta estima que o programa vai entregar anualmente 65 milhões de bujões de forma gratuita. Em conversa com jornalistas após o anúncio, Silveira rebateu críticas sobre o aumento do gasto público em ano eleitoral, e garantiu que o Gás do Povo ficará dentro do orçamento. “Aqueles que não querem que os pobres sejam tratados com dignidade sempre usam como argumento que (o programa) vai impactar o orçamento, que isso vai aumentar as despesas”, respondeu.

O programa também foi bem recebido pelo setor produtivo. O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás) celebrou ontem o anúncio. Para a entidade, o Auxílio Gás, atualmente em vigor, não garante que o recurso seja usado para a compra do gás — combustível mais seguro do que álcool, querosene e lenha. É fundamental que o Brasil tenha uma política energética que olhe para a base da pirâmide social. Não se trata apenas de transferir renda, mas de garantir acesso estruturado e contínuo a uma energia segura, que não gera fumaça em casa, não ocupa as crianças das famílias catando lenha, nem compromete a saúde”, disse o presidente do Sindigás, Sergio Bandeira de Mello.